



Emitido em: 15/04/2025

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
CNPJ: 02.566.224/0001-90
DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO

MATRÍCULA	CÓDIGO	NOME	CPF
00003024	2879	PRISCILLA DE LIMA PEDROSA CAVALCANTE VELOSO NUNES	06644124402
LOTAÇÃO			DATA DE INGRESSO NO ÓRGÃO
GABINETE DES NISE PEDROSO LINS DE SOUSA			14/05/2013
CARGO		REFERÊNCIA	SITUAÇÃO FUNCIONAL
TECNICO JUDICIARIO		NIVEL MEDIO C12	SERVIDOR ATIVO
CARGO EM COMISSÃO / FUNÇÃO COMISSIONADA			
ASSISTENTE DE GABINETE - FC-05			
BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	MÊS/ANO
237	26794	000080365	04/2025

RUBRICA	DESCRIÇÃO	MÊS/REF	QTD	PARCELA	CRÉDITOS R\$	DÉBITOS R\$
1	VENCIMENTO	4/2025	30	0	5.498,51	
10	GAJ	4/2025	30	0	7.697,91	
30	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO	4/2025	7,5	0	412,39	
35	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - TREINAMENTO	4/2025	3	0	164,96	
60	FUNÇÃO COMISSIONADA - OPÇÃO C. EFETIVO - FC	4/2025	30	0	2.662,06	
740	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	4/2025	1	0	1.235,77	
771	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO	5/2025	22	0	1.784,42	
771	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ADIANTAMENTO	4/2025	0	0	324,02	
97061	ANAJUSTRA - CONTRIBUIÇÃO	4/2025		0		160,00
698001	ASTRA6 - CONTRIBUIÇÃO	4/2025		0		43,99
99504	CONTRIBUIÇÃO RPPS	4/2025	12,8	0		1.742,06
99700	IMPOSTO DE RENDA	4/2025	27,5	0		3.092,65

PREVISÃO DE CRÉDITO	BASE FUNPESP	BASE IR	BRUTO R\$	DESCONTOS R\$	LÍQUIDO R\$
15/04/2025	0,00	14.504,18	19.780,04	5.038,70	14.741,34
MARGEM CONSIGNÁVEL					
R\$ 5.534,80					

É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa." (Art. 4º, § 1º, da Lei n.º 10.741/2003).
"É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente." (Art. 70 da Lei n.º 8.069/1990).
"A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos." (Art. 6º da Lei n.º 11.340/2006 - Lei Maria da Penha).

De acordo com o Art. 4º da Resolução CSJT nº 254/2019, a reposição ao erário é obrigatória quando os pagamentos forem decorrentes de erro operacional da Administração, afastada alegação de boa-fé objetiva. Os valores recebidos devem ser conferidos para fins de validação ou retificação junto à área de pagamento do Tribunal.